

## Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

### 1 Ata da Reunião Ordinária de Agosto do CEDM/PR

2 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às nove horas e vinte minutos em primeira  
3 chamada e em segunda chamada as nove horas e trinta e cinco minutos, período da manhã, no Palácio  
4 das Araucárias localizado a Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, Sala Fani Lener, nesta capital, foi realizada  
5 a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná. **Abertura**, senhora Jane  
6 Vasques, Secretária Executiva, dá as boas vindas aos presentes e solicita que Conselheiros se  
7 apresentem, assim como todos os convidados. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia  
8 **Conselheiros Representantes Governamentais**, Mara Sperandio, representante da Secretaria de  
9 Justiça, Trabalho e Família SEJU/DGDM, , Tatiani Macarani suplente da SEJU/DGDM Ana Raggio  
10 representante da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos SEJU, Sílvia Castro,  
11 Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral SEPL, Joseli Collaço Titular da SUDIS,  
12 Marcia Rejane Vieira Marcondes Titular da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração  
13 Peitenciária SESP, Bernadete Carraro representante da SESA **Conselheiros Representantes da**  
14 **Sociedade Civil**, Maria Isabel Pereira Correa Titular, da União Brasileira de Mulheres UBM/PR; Carmem  
15 Regina Ribeiro Vice-Presidente do CEDM/PR, da Rede Feminista de Saúde; Giana De Marco, Titular  
16 Grupo Dignidade; Ivanete Paulino Xavier Titular da Rede de Mulheres Negras do Paraná, Alzimara  
17 Cabreira Fraga Bacellar Suplente da Federação de Mulheres do Paraná, Tania Cristina de Castro Ribeiro  
18 Titular da Central Integrada de Apoio Familiar, Marcell de Camargo Suplente da Central Integrada de  
19 Apoio Familiar. **Colaboradores e Convidados (as)**, Janaína ...CAOP Direitos Humanos MP PR; Cláudia  
20 Martins de Souza, SESP PR, Silvane Farah Assessora do SEJUF/DGDM, Helena de Souza Rocha OAB/  
21 PR, Carla Aguiar SESA Engajamento a Violência, Valdênia Ferreira Interconselhos-SUDIS – Andrea  
22 Quadros ALEP – Deputada Mara Lima. **1. Apreciação e Aprovação da Pauta.** Justificativa de atas  
23 prontas dos meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio serão encaminhadas para o e-mail das conselheiras  
24 para contribuições e aprovação. **2. Informes da SEC/CEDM;** Indicação Presidência Governamental;  
25 Monitoramento do Plano Estadual dos Direitos da Mulher 2018/2021; Reunião Ampliada do Conselho  
26 Estadual dos Direitos da Mulher; Aprovação da Proposta "Recomendações aos municípios da V  
27 Conferência Nacional de Políticas para Mulheres"; Dia Nacional da Mulher 30 de Abril de 2019;  
28 **Justificativas de ausências**, - Herminia Regina Bugest Marinho -SETI- Maria Lucia Gomes – ASSEMPA -  
29 Carolina Bolfe Poliquese-SESA. **Indicações Governamentais**, processo em nomeação- - Ofício  
30 027/2019/DG – Solicitação de Substituição das Representantes Governamentais na Coordenadoria da  
31 Política da Mulher em trâmite: - Silvane Farah - em substituição a Tatiani Macarini- Ofício 214/2019/GS -  
32 Solicitação de Substituição das Representantes Governamentais Secretaria de Planejamento em trâmite-  
33 Sílvia Helena de Castro em Substituição Louise da Costa e Silva Garnica- Ofício 32/2019 - Solicitação de  
34 Substituição das Representantes da FAMOPAR- Silvana Rausis Fcachenco em substituição Marines Bernardi.  
35 **Ofícios** - Ofício 0026/2019-ADH – Ofício em resposta ao ofício 010/2019 do CEDM/PR, referente ao assunto  
36 Convênio ou Voluntariado na Casa da Mulher Brasileira, foi encaminhado a todas as Conselheiras. Porém  
37 algumas não receberam e a Secretária Executiva informa que o e-mail do CEDM esta com problemas e será  
38 enviado novamente, neste momento a Conselheira Carmen, informa outras justificativas de ausência da  
39 Conselheira Anacelie Azevedo, da conselheira Alzimara Bacel e a secretária executiva informa a justificativa  
40 da conselheira Jussara Ribeiro representante da SEAB. **Pauta Aprovada. 3. Informes sobre a Eleição**

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

1  
2  
3  
41 **CEDM/2019.** A conselheira Marceli, que preside a comissão eleitoral, relata que foi realizada a comissão  
42 durante quatro reuniões, onde se analisou todos os processos, com algumas situações em que se  
43 colocou para que as organizações se pronunciassem, tendo apenas algumas se pronunciado; a principal  
44 problemática técnica relatada e solicitada em nota diz respeito à questão dos e-mails, pois muita  
45 organizações enviaram documentação e no momento da análise não foram encontrados tais  
46 documentos, assim, a nota se dirige em solicitar que se tome as devidas medidas técnicas para  
47 resolução deste. Como forma de facilitar o processo, a conselheira pede que na apresentação das  
48 organizações da Sociedade Civil marque-se um horário para que todas as organizações estejam  
49 presentes no mesmo momento. A apresentação ocorre de 10h da manhã, enquanto a votação das 12h às  
50 17h, no dia dezesseis de agosto. Ficou estipulado o tempo para apresentação das organizações, seja por  
51 vídeo ou presencial, de no máximo 5 minutos cada – entre fala e vídeo. **4. Reunião Descentralizada 15 e**  
52 **16 de Julho em Guarapuava; a) Avaliação das Conselheiras:** a conselheira Carmen inicia a avaliação  
53 exprimindo ter considerado um sucesso a reunião, observando apenas que se trabalhou pouco a  
54 participação da Sociedade Civil no final da reunião. A conselheira Alaerte reitera a questão referente à  
55 participação da Sociedade Civil e complementa a avaliação expondo uma questão específica às  
56 mulheres negras: a conselheira evidencia, recorrendo às imagens, que é visível a falta de mulheres  
57 negras na gestão; desta forma, fomenta o discurso alertando acerca da importância da equidade na  
58 distribuição dos cargos comissionados. Corroborando com a fala da Alaerte, a conselheira Silvana  
59 expressa que a população brasileira é majoritariamente negra, logo, requer-se uma visão ampliada dos  
60 espaços; também soma-se às falas a conselheira Maria Elvira e repudia a falta de representatividade. A  
61 conselheira Márcia Rejane parabeniza a organização do evento e expressa ser importante aprender com  
62 a falhas, onde se observa o que foi feito de errado para fazer diferente e exprime também considerar  
63 importante, desde já, programar uma próxima data de reunião ampliada para que a organização aja com  
64 antecedência visualizando o valor da continuidade; continuidade esta que também é ressaltada pela  
65 conselheira Marceli. Por fim, conselheira Tatiani demonstra satisfação na realização da reunião e das  
66 avaliações, exaltando o espaço de diálogo que se construiu. **b) Relatório Técnico – Sistematização das**  
67 **Oficinas:** a sra. Tatiani Macarini apresenta o relatório, que pode ser conferido na íntegra no site:  
68 <http://www.cedm.pr.gov.br/pagina-24.html>. A conselheira elucida que todo o trabalho foi feito em cima das  
69 oficinas, com uma ficha técnica. O relatório situa as questões da reunião ampliada, expondo seus  
70 objetivos e formatação, assim como seus encaminhamentos. Explana-se também a metodologia das  
71 oficinas, com a apresentação da dinâmica de formação dos grupos e a distribuição didática dos  
72 resultados. Com a distribuição temática em blocos, observou-se os seguintes resultados: na Política da  
73 Mulher encontrou-se quarenta e nove demandas, sendo estas separadas em doze temas, visualizou-se  
74 também as dificuldades e desafios na execução da política da mulher no município, as conquistas  
75 encontradas na execução da política da mulher no município e as propostas para superação; já nos  
76 municípios onde existem Conselhos Municipais apontou-se quatro dificuldades e desafios, quatro  
77 conquistas e três propostas para superação; enquanto nos municípios onde não existe conselho

### Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

78 registrou-se duas dificuldades, nenhuma conquista e três propostas para superação; na parte do  
79 Conselho Estadual da Mulher, onde se requeria quais ações que poderiam ser feitas para aprimorar e  
80 auxiliar nos organismos e nos conselhos municipais, obtiveram treze ações propostas, divididas em seis  
81 temas. Na sequência, formulou-se uma análise das considerações das colocações relatadas, seguida dos  
82 encaminhamentos da reunião. Seguiu-se, assim, à avaliação dos participantes, com os dados extraídos  
83 da ESEHD, pois as inscrições aconteceram via online, com vinte e oito avaliações (dados do dia sete de  
84 agosto, com tendência a aumentar conforme os inscritos realizarem avaliação). Formulou-se uma média a  
85 partir das notas dispostas e chegou-se ao número 4.16. Sendo a nota máxima 5, logo, pode-se classificar  
86 a reunião como “ótima”. Nos anexos, incluiu-se, no anexo 1, a programação da reunião técnica e, no  
87 anexo 2, algumas fotos do primeiro e segundo dia. No anexo 3 consta as respostas dos trabalhos em  
88 grupo. Tendo em vista a ideia de realizar a próxima reunião ampliada mais ao norte do Estado,  
89 estabeleceu-se já o indicativo da reunião possivelmente acontecer em Londrina em Novembro. **5.**

90 **Apresentação da SESA Relativo ao Monitoramento do Plano:** a conselheira Carolina Bolfe Poliquesi  
91 apresentou a realização do segundo monitoramento do plano estadual do SESA, a começar pelas  
92 diretrizes. Na Diretriz 1 – Equidade e Protagonismo, quando se fala de campanhas de divulgação dos  
93 direitos da mulher, realizou-se eventos alusivos ao Dia Internacional da Mulher onde se debateu os  
94 objetivos do desenvolvimento sustentável relacionado à atenção integral à saúde da mulher. A respeito  
95 disso, nos dias 25 a 27 de Abril aconteceu o Congresso da SOGIPA, conhecido por ser um espaço de  
96 fala dos médicos. Refletiu-se acerca de algumas questões sobre maternidade. Há a observação de que  
97 no Paraná houve uma redução na ocorrência da gestação entre meninas de 13 a 19 anos, conforme  
98 apontam indicadores. Porém, nos indicadores brasileiros o Estado segue com números altos. Sobre  
99 saúde indígena notou-se uma fragilidade grande da SESAI e toda a problemática da saúde indígena ser  
100 municipalizada, que se constrói também dentro das questões de estruturação e financiamento do SUS.  
101 Desta forma, realizou-se uma videoconferência com o intuito de fortalecimento da atenção à saúde  
102 indígena, especialmente voltada à área materna e infantil. Registrou-se ainda que o Primeiro Seminário  
103 ApiceOn no Hospital do Trabalhador, onde se fomentou toda uma abordagem sobre os direitos da mulher,  
104 sobre assistência e sobre boas práticas. No seminário, participou-se também, no HT, de um evento  
105 relacionado às diretrizes e políticas de apoio ao parto normal e às salas de apoio à mulher  
106 trabalhadora que amamenta. Na audiência pública sobre violência obstétrica, os representantes fizeram-  
107 se presentes com o intuito do fortalecimento da pauta. Assim como a Conferência Estadual de Saúde, um  
108 cenário onde se promove a divulgação dos direitos da mulher. Acerca da realização dos exames de  
109 preventivo, formulou-se uma meta a ser cumprida de que 65% das mulheres de 25 a 64 anos realizem  
110 exames citopatológicos. Contudo, encontra-se dificuldade em atingir tal projeção. A conselheira Alaerte  
111 aponta a falta de cuidados à Atenção Básica como principal justificativa para os resultados insatisfatórios  
112 neste sentido. Outros dados expostos foram os do exame de sífilis realizados em gestantes que realizam  
113 o pré-natal SUS, pois a expectativa de que a totalidade das mulheres que passam pelo pré-natal façam  
114 três exames neste sentido: um no primeiro trimestre, um no segundo trimestre e um no terceiro trimestre.  
115 Em relação às campanhas alusivas ao diagnóstico e tratamento das doenças sexualmente  
116 transmissíveis, renovou-se o termo de cooperação com o grupo de estudos em citologia e

## Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

117 disponibilização de materiais. Em relação à questão da ampliação e fortalecimento da estratégia Mulher  
118 Trabalhadora que Amamenta, já houvera sido realizado um curso de manejo clínico e oficinas com a  
119 formação dos tutores, porém há uma nova formação prevista para o segundo semestre de 2019, com a  
120 meta de que todas as regionais tenham pelo menos um tutor formado. Enquanto nas ações de  
121 fortalecimento da Atenção Materno-Infantil, a meta é de 90% das gestantes realizando sete ou mais  
122 consultas, mas visando, sobretudo, a boa qualidade de tal atendimento. Acerca da questão do  
123 fortalecimento e realização do Outubro Rosa, procurou-se expôr que o debate ocorreria ainda em uma  
124 próxima reunião, pois haveria por vir uma encomenda da primeira-dama do Estado, objetivando que  
125 aconteça o Paraná Rosa com uma atividade itinerante, passando por fortalecimento específico em  
126 quarenta e quatro municípios, porém não excluindo atividades nos demais. O projeto piloto do Implante  
127 Subdérmico também foi abordado, visando o atendimento a casos mais específicos de vulnerabilidade,  
128 como mulheres em situações de rua e adolescentes de 15 que já atravessam a terceira gestação.  
129 Definiu-se o primeiro passo do projeto na região metropolitana de Curitiba, estando os resultados a serem  
130 visualizados para depois expandir para outras regiões. Outra questão manifestada relaciona-se à  
131 Reprodução Humana Assistida, em que se prevê a exposição dos critérios para o usufruto do serviço e a  
132 melhor avaliação e disposição deste, visto que se trata de um programa custoso e complexo. Para isto,  
133 definiu-se o Hospital do Trabalhador como o grande centro de referência, onde será exclusivamente  
134 realizada a guarda das células tronco embrionárias, assim como outros procedimentos, específicos  
135 também deste espaço no que diz respeito a este programa. Com apenas instituição do grupo técnico já  
136 definido, a projeção de formação do plano projeta-se para o início de 2020. Em relação aos  
137 contraceptivos medicamentosos e não medicamentosos, obteve-se o atingimento da meta nas vinte e  
138 duas regionais de saúde. Já a Capacitação dos Direitos Sexuais Reprodutivos e A Inserção de DIU, há a  
139 previsão para a realização apenas em 2020, ainda que a meta seja anual. Registrou-se ainda  
140 brevemente o fortalecimento e reorganização para a potencialização do atendimento às pessoas vítimas  
141 de violência sexual, com a protocolização para o atendimento integral. À questão dos Núcleos Municipais  
142 de Prevenção de Violência e Promoção da Saúde e da Cultura da Paz, há a reorganização da equipe,  
143 com a permanência da meta de 22 regionais de saúde com núcleos implantados, faltando apenas uma  
144 regional para a conclusão da meta. Porém, mais do que a obtenção da meta regional, é ter 399  
145 municípios incluídos. Nesse sentido de reestruturação, visa-se as capacitações para implementação da  
146 notificação nos serviços de saúde, com a previsão de acontecer ainda este ano. Assim como está  
147 previsto para o segundo semestre as videoconferências, em que se analisa algum tema que envolva  
148 saúde da mulher para ser apresentado e discutido. Por fim, apresentou-se a respeito da lei sobre  
149 violência obstétrica, onde o grande desafio é a regulamentação, com o início de um processo de diálogo  
150 já em vigência para elucidar as questões a este respeito. Acerca dos esclarecimentos sobre a violência  
151 sexual, esclareceu-se que, após envio do ofício para SESP e para a SESA solicitando reunião conjunta  
152 para tratar da questão referente ao assunto abordado, com o intuito de verificar a avaliação, a reunião foi  
153 marcada, porém ocorreu o cancelamento, e, paralelamente à isto, a Rede Feminista de Saúde também

**Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**

154 havia solicitado uma reunião com a SESA. Desta maneira, compareceu-se à reunião e percebeu-se uma  
155 extensão e complexidade dos assunto para uma reunião única; logo, desmembrou-se em uma nova  
156 reunião com a Rede Feminista de Saúde e o grupo da SESA para tratar do tema. Nesta reunião, pode-se  
157 perceber que a questão tem caminhado, com a verificação de uma minuta de uma nova resolução  
158 proposta pela SESA para a SESP com o objetivo de ampliar o serviço para o conjunto do Estado, estando  
159 apenas por definir todos os pontos deste trabalho conjunto. No entanto, percebe-se uma problemática de  
160 estabelecer o processo em todo o Estado por uma questão de distribuição dos profissionais, com a  
161 referência do modelo procedido em Curitiba como esboço de funcionalidade possível, mas  
162 processualmente inatingível para outros espaços. Desta forma, da parte do conselho, reconhece-se  
163 importante reforçar a proposta de uma reunião conjunta para elaborar métodos que sejam eficazes e  
164 garantam o funcionamento em todos as regionais. A conselheira Bernadete Maria Carraro, do SESA,  
165 reitera a fala, expondo que o reagendamento da reunião trouxe transtornos, mas também possibilitou  
166 uma reunião com o diretor do IML com os diretores de departamento para apresentação da minuta de  
167 resolução e onde expôs-se as fragilidades e dificuldades dos dois lados, estando, então, definida a  
168 necessidade de uma nova reunião para afinar as ideias definitivamente. Relata-se também que das 22  
169 regionais de referência, 12 IML já conduz nos hospitais a coleta de vestígios, enquanto em 4 há o  
170 problema de coincidir a sessão do IML com a regional. A conselheira Caroline cita, assim, os hospitais de  
171 referência em que o IML realiza o trabalho em questão: Paranaguá, Região Metropolitana, Ponta Grossa,  
172 Guarapuava, Francisco Beltrão, Umuarama, Paranavaí, Maringá, Jacarezinho e Ivaiporã. Como os  
173 operadores de direito são os que mantêm contato com a realidade, propõe-se que se crie uma parceria  
174 com a OAB para levar capacitação às regiões que não possuem o trabalho em andamento, a fim de que  
175 se conheça também o encaminhamento para as vítimas que recorrem aos setores de segurança quando  
176 vítimas de violência sexual. A respeito disso, a conselheira Carolina relata que quando se realizou a  
177 audiência sobre violência obstétrica percebeu que ainda existe um erro primário que se relaciona à  
178 mulher entender que sofreu a violência e dela saber o que fazer a partir disso, com isso, torna-se  
179 preponderante o trabalho coletivo que proporcione a pulverização da informação. A conselheira  
180 Bernadete, do SESA, reitera a fala de Carolina e discorre que é importante ressaltar às vítimas que o  
181 primeiro local a ser procurado em caso de violência é a saúde, já que é primordial já iniciar o trabalho a  
182 partir dos exames e para minimizar a possibilidade de aquisição de doenças ou de uma gravidez  
183 indesejada. A conselheira Alaerte direciona a sua fala ao encontro das demais exprimindo a importância  
184 de se fortalecer a Rede de Atenção à Mulher, fazer o levantamento de quais municípios contêm a rede,  
185 se têm funcionamento em vigência, pedir a composição de tais redes e criar um link no site do SESA  
186 onde todas as informações estejam de fácil acesso, assim como no site do Conselho, propõe também  
187 que se articule dentro do Dia Estadual de Conscientização Contra o Aborto uma grande campanha de  
188 conscientização a respeito da violência sexual. Por fim, a conselheira Ana Raggio pontua, aproveitando  
189 que agosto se trata do mês da visibilidade lésbica, que é muito importante o trabalho de iniciativa em  
190 relação à possibilidade de gravidez in vitro, pois é uma grande demanda das mulheres lésbicas. Já em  
191 relação à violência sexual contra a mulher lésbica, relata que é extremamente frequente o “estupro  
192 corretivo”, na ideia de que se ela for estuprada por um homem teria a mudança de orientação sexual,

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

193 passando a ser hétero, o que é uma questão relevante a ser trazida no trabalho da questão do abuso  
194 sexual. Atenua, ainda, que a violência sexual também pode acontecer por uma outra mulher, o que  
195 também tem relevância, não se podendo pressupor que quem cometeu a violência sexual contra uma  
196 mulher seja um homem para não constranger e inibir uma possível denúncia ou a não relatar que é  
197 lésbica. E relata, por fim, à SESA a importância de se promover campanhas de prevenção contra ISTS  
198 por mulheres lésbicas ou bissexuais, pois não há informações nem preservativos. **6.1 Apresentação da**  
199 **SESP Relativo ao Monitoramento do Plano:** Sandra Duarte, de Depto. Penitenciário, expõe que fora  
200 convidada a explanar como se encontra o trabalho do departamento na questão das mulheres. Desta  
201 maneira, relata que o departamento tem uma política de mulheres encarceradas, um outro seguimento, e  
202 existe a PNAME, estando a política voltada às mulheres ainda em construção. Sandra relata que a  
203 comissão do departamento é formada por dezesseis mulheres do sistema penitenciário e mais dezoito  
204 entidades convidadas, naturais da PNAME. No entanto, registra não possuírem ainda o plano estadual  
205 de encarceramento e de atendimento à mulher encarcerada e egressa, o que, desta forma, impossibilita  
206 o monitoramento. Ou seja, há o relato apenas das políticas que ocorrem no dia a dia. Expressa também  
207 uma dificuldade provinda do aumento significativo no número de mulheres detidas, o que fica ainda mais  
208 complexo por existir apenas uma unidade de encarceramento feminino, com outras unidades apenas  
209 adaptadas de cadeias públicas masculinas. Na cadeia de Rio Branco criou-se o centro de referência de  
210 custódia provisória de mulheres e transgêneros, que, apesar de não cumprir sua designação em  
211 totalidade, se propõe a ser referência no sentido de possuir conceito de encarceramento e pede que se  
212 tenha um fundamento teórico com objetivos, onde se elabora desenvolvimento da cidadania plena e  
213 ativa, construção da autonomia, na questão afetiva de estabelecer vínculos familiares, referência no  
214 sentido de que todos os órgãos deixem de ser controladores externos do fazer, mas que assumam  
215 institucional e constitucionalmente seu papel, com protagonismo penal. Sandra ainda revela um total de  
216 mil setecentas e cinquenta e cinco mulheres, com 75% nas unidades do DEPEN, que possui duas  
217 unidades penais. Neste processo, revela-se um trabalho integrado que possui grande apoio, no entanto,  
218 quando se trata de mulheres são gestores masculinos preocupados com questões ínfimas, romantizadas  
219 e desimportantes, como pintar a penitenciária de rosa. Sandra elucida a falta de formação política para a  
220 equipe, o que proporciona uma lentidão funcional, assim, trata-se de iniciar as reuniões e a organização  
221 por um processo formativo e gerar uma construção. Expressa ainda que existem unidades de  
222 atendimento exclusivo à penitenciária feminina com trezentas e noventa e três mulheres, a penitenciária  
223 feminina de Foz do Iguaçu com duzentos e quarenta e oito mulheres, que é uma unidade de progressão,  
224 o Distrito Policial de Londrina com cinquenta e uma presas, a já citada cadeia de Rio Branco com oitenta  
225 e oito presas e trinta vagas para pessoas transgêneras, a cadeia pública de Astorga com sessenta e  
226 cinco presas, a de Goioerê cem e a de Corbélia com quarenta mulheres presas. Sandra expõe também o  
227 Marco Legal, leis das quais se baseiam para realizar o trabalho da PEAME, com vistas na Constituição  
228 Federal, que expressa o direito da presa de ter o devido processo legal. E, com relação às mulheres, a lei  
229 de execução possui algumas questões específicas, como tratar acerca dos lugares que determinada

**Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**

230 presa pode ser encarcerada, vai exigir profissionalização e curso de formação específico para atender a  
231 este público, vai falar sobre a necessidade de creches. A respeito das Regras de Bangkok, registra que  
232 somente em 2010 abordou-se especificamente o encarceramento feminino, logo, as pautas são  
233 extremamente recentes, o que, conseqüentemente, gera uma defasagem de estofa amplo sobre tais  
234 questões. A assistente ressalta que como se trata de um público que está buscando direitos, há uma  
235 rede externa de profissionais que vão tomando parte da questão da mulher com outra perspectiva para  
236 que o que reflita no sistema penal tenha um caráter de aperfeiçoamento, como a regulação  
237 interministerial da PNAME e a portaria de 2019 da PEAME, que se constrói enquanto adendo à que já  
238 existia e se executa também enquanto transparência nos portais para que o grande público tenha acesso  
239 às informações condensadas. Exprime ainda o estudo da PEAME para que se possa lançar um selo de  
240 qualidade de gestão em cadeias públicas com o intuito de estabelecer critérios que gerarão premiações e  
241 incentivem as cadeias a saírem do estado de precarização, assim como trabalha-se com insígnia para  
242 que se possa brevetar os profissionais de contato e os profissionais de segurança que tenham trabalhado  
243 dentro dessas perspectivas da PEAME e poder lhes contemplar com reconhecimento. No quadro de  
244 servidores, a visualização de um quadro enxuto que atravessa dificuldades, como o entrave de mais de  
245 dez anos sem a contratação de pessoal técnico, o que gera uma complicação no sentido de ofertar um  
246 tratamento especializado às presas, que precisam participar de um processo de reconstrução da  
247 cidadania enquanto egressas. Acerca das questões da LOA, prevê-se a construção de mais duas  
248 unidades, conforme demanda. Explicita, ainda sobre a LOA, que qualquer reforma carece passar por  
249 todo um processo com a estimativa de dezoito meses de análise, para entrega somente em quarenta e  
250 oito meses depois. Desta maneira, a instrumentalização formativa das membras que compõem o quadro  
251 de organização precisa estabelecer metas sem deixar de visualizar tais entraves, projetando as  
252 definições sempre em perspectiva de longevidade. Por fim, a Sandra registra a solicitação encarecida de  
253 que pudesse obter uma cadeira junto ao conselho a partir do entendimento de que a política da mulher  
254 encarcerada é uma política específica e que demanda determinações específicas. Elucida que o trabalho  
255 de desencarceramento feminino que acontece no Paraná carece de uma rede de proteção que o envolva  
256 e amplie os esforços para boa manutenção deste fim. A conselheira Alaerte, assim, parabeniza e  
257 agradece à Sandra pela apresentação e expressa que independente de constar como conselheira, o  
258 espaço está à disposição para a participação frequente. Expressa também que para as mulheres negras  
259 o tema do encarceramento é muito caro, pois, no mínimo, a metade das mulheres lá são negras, assim  
260 como na metade do país. Desta forma, encaminha dois pedidos: solicitar ao secretário a nomeação de  
261 gestoras mulheres e que se faça um levantamento de quantas mulheres negras estão encarceradas.  
262 Pede, ainda, que se articule com alguém responsável pelas questões acerca da vulnerabilidade e  
263 monitorar com a saúde os mesmos indicadores trazidos pela Carolina, do SESA, de todas as gestantes  
264 que há, quantas estão fazendo a série protocolar de consultas, preventivo, mamografia e assim por  
265 diante. A conselheira Márcia Rejane pontua que a evolução da PEAME com outra estratégia e com a  
266 reconstrução das secretarias considera importante a participação da política da mulher encarcerada no  
267 conselho, pois se trata de mulheres diferentes das quais normalmente o conselho dialoga e trabalha, e o  
268 serviço de saúde precisa envolver tais mulheres de uma forma diferente. A conselheira Ana Raggio

11

12

**Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**

269 também parabeniza a apresentação e mais uma vez remonta à população LGBT, parabenizando o  
270 trabalho com a população trans, alertando que a população trans não identificada que permanece em  
271 penitenciárias masculinas torna-se mercadoria, usadas para guardar celulares e drogas dentro dos seus  
272 corpos, além de serem estupradas e violentadas cotidianamente por ser uma população extremamente  
273 vulnerável dentro deste espaço, assim como os homens gays afeminados, o que não acontece com os  
274 homens trans ou com as mulheres lésbicas dentro das penitenciárias femininas; elas, ao contrário,  
275 ascendem na dinâmica social. Ou seja, é de extrema importância as medidas tomadas pela SESP. Ana  
276 expressa, ainda, que desde 2014 tenta-se construir uma unidade específica para pessoas LGBT's dentro  
277 do DEPEN, pois isto, em âmbito nacional, já está instituído, contudo, ainda não há entraves, pois falta a  
278 retirada dos carros que lá estão. Logo, seria importante que o conselho acompanhasse tal questão de  
279 perto, já que, infelizmente não há um conselho LGBT, apenas um comitê. O único apontamento, por fim,  
280 é que se realizou o trabalho pra que houvesse a atenção específica para LGBT's no sistema penitenciário  
281 e colocou-se a necessidade de se garantir um censo das pessoas trans, com nomeação dos nomes  
282 sociais destas, pois toda vez que se tentou levantar tal dado a resposta recebida dos diretores foi de que  
283 tal população era inexistente, encerra Ana. A conselheira Silvana Helena expõe que se houver  
284 necessidade das nomeações que o conselhe abone e protocole, sendo emitente da necessidade. Acerca  
285 da prevenção sexual solicita que a saúde intervenha veemente, pra que comece a demandar com coisas  
286 pró-ativas e positivas e informa que o Governo Federal regulamentou a Força Nacional contra a Marcha  
287 das Margaridas e das Mulheres Indígenas, que ocorria em Brasília. Com isso, intensifica o discurso de  
288 que se avance de mãos dadas tudo que for atingível na proteção das mulheres. Relatou-se também a  
289 presença da Ministra Damares no Estado assinando um protocolo de intenção com o Governado do  
290 Estado acerca do pacto nacional contra a violência e, com isto, pode-se suceder boas realizações a  
291 respeito da política para a mulher, além da reunião com o Dr. Fernando, ouvidor do Ministério da Mulher,  
292 em que se conheceu a unificação e centralização de todas as ações das questões acerca da mulher com,  
293 inclusive, a formulação de aplicativos; além do disque 100 e do disque 180, que serão redirecionados  
294 diretamente no telefone especializado às questões da mulher. Desta forma, realizar-se-á um pacto como  
295 termo de cooperação com a SESP e a SEJUF para que se tenha todos os dados em mão, pois é que se  
296 tem mais defasagem sentida por parte da SEJUF, como aponta. Helena Rocha, da OAB, demonstra  
297 dúvida acerca do número de pessoas no Complexo Médico Penal, apresentado por Sandra, que exibiu o  
298 número de trinta e uma gestantes e questiona se todas estão em tal complexo. Sandra responde que as  
299 gestantes permanecem na Feminina, em uma ala separada, até o número de vinte e vinte e duas  
300 gestantes; quando o número é atingido, as demais que tiverem são encaminhadas para o CMP. Logo, o  
301 número total pode ser superior, pois existem as que ainda estão na penitenciária. Helena explicita que o  
302 questionamento se dá por uma questão de apreender o panorama das mulheres que se enquadram na  
303 situação específica de desencarceramento das gestantes, para conhecer números gerais e questiona se  
304 há alguém elaborando o monitoramento. Responde-se que se tem realizado o trabalho pelo GMF nesse  
305 sentido. Recordou-se também do Dossiê Mulher, que acontece no Rio de Janeiro, onde se publica a cada

### Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

306 três meses pela Secretaria De Segurança Pública sobre dados gerais de segurança relacionado às  
307 mulheres e pensou-se se seria possível uma realização no mesmo sentido. Elucida-se que os dados são  
308 captados através do CAPE, que fica na SESP, logo, são dados a que se tem acesso; a partir dos filtros  
309 que se deseja, é possível a emissão dos documentos regulados, informa-se. Logo, articula-se que é  
310 possível apresentar a proposta sugerida ao secretário. Assim, encerram-se as discussões da manhã. **6.**  
311 **2 Apresentação da SESP Relativo ao Monitoramento do Plano:** Iniciou-se o debate da tarde com a  
312 apresentação da conselheira Márcia Rejane, da SESP, relativo ao monitoramento do plano. A conselheira  
313 apresentou que dentro do fortalecimento institucional e da participação social para a universalidade das  
314 políticas, garantir a participação efetiva dos profissionais da SESP nas redes de proteção à mulher dos  
315 municípios. Parte disso, quando se fala das delegacias da mulher, todas as delegadas participam da rede  
316 municipal. E além da rede como um todo, apresentou também que há a discussão de casos nas  
317 reuniões, em específico, os casos mais graves. Relatou, assim, que há uma grande participação, mas  
318 que se trabalha para ampliar ainda mais o aspecto, como a inserção dos setores que não compõem a  
319 delegacia da mulher. Acerca da efetividade nos processos investigativos, conta as questões: assegurar a  
320 produção de provas periciais para mulheres vítimas e complementação do prontuário médico ampliado  
321 nos hospitais públicos do Estado. Márcia expõe que os prontuários têm sido satisfatórios na maioria dos  
322 lugares, em termos de informação, e o que se coloca como adendo é uma orientação a mais, em que a  
323 própria a sensação do profissional durante a avaliação médica seja repassada, a fim de que o prontuário  
324 seja também um elemento de prova. Na situação da violência sexual, apresentou que há algumas  
325 defasagens, como a falta de profissionais, relatando, inclusive, que a escala em Curitiba funciona apenas  
326 com médicos em plantões noturnos durante a semana e integral apenas nos fins de semana, mas, expõe  
327 também, compreende que os institutos deveriam ser autônomos nesse sentido, pois não se pode ter o  
328 mesmo médico realizando o atendimento curativo e o laudo concomitantemente, pois gera um conflito,  
329 até mesmo um conflito de interesses. Desta maneira, entende que a melhora só será quando obtiverem  
330 melhores quadros. No que responde à qualidade do atendimento a mulheres vítimas de violência, registra  
331 o oferecimento de cursos de qualificação continuada a policias civis e militares, visando a atualização  
332 sobre técnicas de atendimento e mudança legislativa referente à mulher vítima. Além dos que foram  
333 realizados, expõe que há uma necessidade de interiorização, então, nas propostas para tal, promovem a  
334 discussão em conjunto a um período de avaliação do que foi feito ou não, para depois atingir a colocação  
335 de propostas de melhorias, entendendo que é preciso atingir os agentes que estão em relação direta com  
336 a sociedade para gerar neles certa sensibilidade e entender o que o impede de desenvolver tal  
337 sensibilidade. Para isso, estabelecer diálogo diretamente, promovendo formações com turmas reduzidas,  
338 a fim de que o contato seja o mais particular o possível. E também qualificar a rede que envolve tal  
339 policial. Sobre a qualificação dos parceiros das redes e da própria interiorização, requereu-se outros tipos  
340 de apoio, pois o inquérito policial é feito, mas se a mulher vítima precisa de um lugar pra ficar, não é na  
341 delegacia que ela permanece, assim como outros exemplos que fogem da alçada da SESP, atribuídas à  
342 rede. Então, diz Márcia, são reportadas as atividades e dificuldades, mas dando espaço para que tomem  
343 iniciativa no trabalho. Outro exemplo exposto é a dificuldade por parte da polícia de se aproximar de  
344 grupos sociais marginalizados, e ilustra uma aproximação realizada com os grupos trans. Ainda na

14

15

**Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**

345 qualidade e integralidade no atendimento à mulher vítima de violência, cita as dificuldades de criação de  
346 novas delegacias da mulher, por uma questão de não se poder criar imóveis sem mobiliário interno, que  
347 seria o grupo de pessoas para o trabalho, pois, além de se estar em início de governo, mantém-se com  
348 um contingente de profissionais bem reduzido. Logo, prefere-se fortalecer e incentivar os lugares onde há  
349 o atendimento diferenciado à mulher, pois há cidades em que não há delegacias da mulher. Então  
350 identifica-se onde acontece o atendimento à mulher de forma separada para depois observar meios de  
351 auxiliá-lo e fortalecê-lo, certas vezes fazendo ligações com os municípios e até formalizar tais lugares,  
352 pois a formalização sobrevive às gestões. E nos lugares em que não se identifica tal atendimento,  
353 promover, com a equipe já existente, fazer a aplicação, ou através das ligações com a prefeitura ou com  
354 outras entidades que podem auxiliar, buscando a formulação de um quadro completo, o que tem obtido  
355 boa recepção. Sobre este mérito, manifesta maior dificuldade na Região Metropolitana, pois se depara  
356 com um estrutura de interior lidando com problemas de cidade grande. Logo, analisa-se como criar esses  
357 espaços e aperfeiçoá-los. A conselheira registra que esse trabalho será realizado com conjunto com a  
358 Divisão de Polícia Especializada. Já acerca do atendimento padronizado, Márcia explana que já existe tal  
359 padronização formalmente, pois todas as peças necessárias para a realização do atendimento  
360 especializado à mulher encontram-se no sistema, isso acontece tanto com o boletim de ocorrência,  
361 quanto com a medida protetiva de urgência, e apresenta um outro desafio, o do formulário de avaliação  
362 de risco. O formulário foi restituído junto ao Tribunal de Justiça como uma forma de aprimorar o que  
363 consta no CNJ. Desta forma, aguardam o retorno do formulário para que o setor insira-o no sistema. O  
364 desafio, então, seria o de qualificar os profissionais para efetuação do procedimento, no sentido de  
365 saber como, por que e para que preencher o formulário, assim, levar a formação para a dentro da  
366 interiorização e disponibilizar uma cartilha no próprio sistema, para que o retorno à informação seja  
367 também promovido. Por fim, a conselheira comenta também que se pretende incluir a situação de  
368 identidade de gênero no boletim de ocorrência e também sugere-se ao SEGEP que conste a orientação  
369 sexual. Estando aberto o debate e aos questionamentos, perguntou-se a respeito da realização do novo  
370 protocolo para a Central 190, se há alguma notícia. A conselheira respondeu que sim, expressando que  
371 existe a Árvore de Atendimento, em que o procedimento acontece da seguinte forma: quando a  
372 informação de violência doméstica é identificada, ela se torna uma das prioridades. Outro  
373 questionamento foi se as informações obtidas no IML compõem, também, o sistema ou se estão em outro  
374 setor. Márcia, assim, expõe a seguinte circunstância: o IML possui um TI próprio, que não se comunica  
375 automaticamente com a SESP; no entanto, conseguiu-se entabular junto ao IML que todos os laudos que  
376 incluam vítimas do sexo feminino, independente da circunstância, encaminha-se automaticamente uma  
377 cópia para a CODEM. A questão da disponibilização pública de dados da Segurança Pública também foi  
378 abordado, com a interpelação da existência de um sistema prática de acesso às tabulações. A  
379 conselheira responde que não, expressando que o CAPE é que é responsável pela coordenação dos  
380 dados, o que também não a qualifica a verificar a necessidade de tal procedimento, até para conhecer  
381 quais recortes informativos há a autorização para a disponibilização pública, mas manifesta o interesse

### Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

382 em dispor uma possibilidade consulta em um recorde específico e que vai analisar as condições, ainda  
383 que esteja fora, momentaneamente, de sua alçada. A conselheira Alaerte retoma um dos pontos da  
384 apresentação e solicita que o termo utilizado seja Rede de Atenção às Mulheres, e não proteção, por  
385 uma questão de conceitual que ilustra que as mulheres precisam ser atendidas e cuidadas e não  
386 protegidas ou resguardadas, e sugere, inclusive, a oportunidade de convidar uma teórica feminista para  
387 expor sobre o assunto em alguma reunião. Ainda na mesma linha, a conselheira Marcell de Camargo  
388 coloca considerar relevante a adequação à linguagem expressa nos Objetivos e Envolvimento  
389 Sustentável da ONU como forma também de posicionamento, e ligar as políticas públicas apresentadas  
390 aos ODS, enquanto o governo do Estado encontra-se empenhado nesta questão com um conselho  
391 voltado à este fim. Logo, a conselheira sugere o enquadramento e, se possível, convidando alguém  
392 responsável pela questão a nível estadual para fomentar este fim. Comentou-se também acerca da  
393 uniformização que o Ministério da Mulher quer proporcionar nas denúncias, através do Disque 180, em  
394 que se utilizará apenas o Protocolo Frida, um protocolo utilizado na Europa para identificar a urgência da  
395 denúncia e que no Brasil colocar-se-á mais oito perguntas, além das dez já preestabelecidas, para  
396 direcionar a iminência. Questionou-se acerca da impossibilidade de retirada da queixa de violência  
397 doméstica. Explicou-se que a alteração no STF ocorreu no sentido de compreender que a ação penal é  
398 pública quando existe lesão corporal, o que a torna incondicional das decisões de renúncia da vítima. A  
399 renúncia da queixa só é possível nos crimes de ameaça, injúria e outros em que a agressão não atinja às  
400 vias de fato fisicamente, registra a conselheira Márcia. Outra mudança, essa legislativa, ela apresenta,  
401 diz respeito à situação do estupro, em que se redefiniu que a partir do momento em que há a  
402 comunicação à polícia da situação do estupro, determina-se a obrigação de instauração do inquérito  
403 policial e a submissão à justiça, independentemente da vontade da vítima. E registrou, com isso, o  
404 trabalho realizado no Hospital das Clínicas e no Hospital Evangélico de reorientar o condicionamento  
405 legal com a vítima. Uma problemática exibida a partir desta colocação desemboca no fato de que as  
406 mulheres vítimas de estupro, ciente do desenrolar legal, acabam não indo ao hospital para que não se  
407 abra um inquérito. A conselheira Márcia expressa conhecer o desencadeamento, mas coloca que é mais  
408 interessante que a mulher confie no serviço de saúde mesmo que não deseje que o ocorrido seja  
409 comunicado, o que impedirá a coleta de provas, mas que se esclareça todos os pontos no prontuário,  
410 para que também possa ser utilizado como prova na ocorrência de a vítima mudar de ideia e desejar  
411 realizar a denúncia. A conselheira Bernadete ilustra que em 2017 o CRM lançou uma nota, enviada a  
412 todos os médicos do Paraná, informando as orientações enquanto anotações do prontuário em caso de  
413 violência sexual. A conselheira Márcia encerra este ponto de pauta agradecendo a oportunidade de  
414 apresentação e reiterando o posicionamento de que o DEPEN possua uma cadeira no conselho. **7.**  
415 **Ações do Dia 22 de Julho - Dia do Femicídio:** registrou-se um grande retorno ao ligar para os  
416 municípios solicitando que se realizasse alguma ação sobre feminicídio, desta forma, com a adesão de  
417 vinte e oito municípios e promoveram algum evento com êxito, destacando-se a conscientização como  
418 melhor forma de combate e prevenção. **8. Encontro no SESC – Garantindo os Direitos da Mulher;:**  
419 uma outra informação exposta é que o SESC está realizando parceria com a SEJUF para que em todos  
420 os eventos do SESC Cidadão tenha-se a abordagem do tema da mulher. **9. Projeto Somos Mais –**

## Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná

421 **Parceria SEJUF/SEED:** em relação ao projeto Somos Mais, aderido pela secretaria, pensou-se em  
422 realizar uma exposição, a princípio, com crianças, em que tal crianças pintariam uma tela com a  
423 abordagem do tema violência, depois realizariam uma exposição no MON onde se convidaria os pais de  
424 tais crianças para uma palestra e, a partir disto, capacitar pessoas nas escolas para palestrarem em  
425 qualquer entidade acerca da violência doméstica e cada espaço que recebesse a palestra receberia um  
426 selo da SEJUF. **10. Formação da Comissão do Fundo Estadual da Mulher:** acerca da Formação de  
427 Comissão do Fundo Estadual, informou-se a posse da minuta pronta do fundo sem o registro de  
428 sugestão de alteração. Assim, na próxima reunião de conselho já será exibida a minuta, mas reitera-se  
429 que ainda há abertura para sugestões. Questionou-se acerca da proposta de comissão, definida na  
430 reunião em Guarapuava, para estruturar o fundo, o motivo de não se ter realizado grande  
431 aprofundamento no tema deliberadamente. Respondeu-se que houve pouco interesse concreto na  
432 formação de tal comissão, por isso a realização sem as sugestões, mas se colocou que será exposta  
433 novamente para apreciação e que o interesse é de participação. Com a leitura da minuta por todos, que  
434 será enviada por e-mail, definiu-se que em uma próxima reunião os pontos podem ser debatidos,  
435 ajustados e definidos. **11. Informe Gerais:** a Secretária Executiva Jane Vasques expõe uma inclusão no  
436 ponto de pauta referente ao conselho municipal dos direitos da mulher de Palotina, pois foi requerida  
437 orientação da plenária quanto à composição dos direitos da mulher; consta que o CMDM é paritária,  
438 porém, no lado governamental, se prevê como partes integrantes do conselho representantes de  
439 organismos do Estado e da União instalados no município, como representantes dos colégios estaduais e  
440 da UFPR. O questionamento é se tais colocações estão corretas. Solicitou-se que se seguisse o  
441 regimento interno e a lei municipal de Palotina, no entanto, o conselho municipal mantém a posição de  
442 querer conhecer a opinião. Responde-se que a opinião é a do que já está previsto, pois não se pode  
443 opinar de maneira diferente neste aspecto. A conselheira Ana Raggio expõe compreender os conselhos  
444 como órgãos pra ampliação e fiscalização ampliação de políticas públicas, como tal, não pode haver  
445 interferência de um ente federado em um outro; ou seja, não se permite um representante do Estado ou  
446 da União dentro de um conselho que vai deliberar políticas públicas municipais, o que geraria uma  
447 sobreposição de unidades da federação. No sentido de elucidar os fatos ao conselho municipal, define-se  
448 enviar uma orientação formal para que se tenha um respaldo das atitudes a serem cumpridas no sentido  
449 de entrar em consonância com o que é previsto, ficando definida, assim, a elaboração da resposta pela  
450 conselheira Ana Raggio. A secretária Jane deu sequência aos informes abordando a apresentação do  
451 plano de monitoramento que foi reagendado devido à reunião de Guarapuava. Na reunião, assim, definiu-  
452 se as apresentações de Setembro com a SEEDS e a SEJUF Direitos Humanos, totalizando três  
453 apresentações. **12. Palavra das Conselheiras:** no último tópico da pauta, questionou-se a respeito da  
454 procuradoria da mulher da ALEP. Definiu-se, assim, o agendamento de um horário para reunião para  
455 melhores esclarecimentos. Outra questão foi a da lei acerca da violência obstétrica, em que se expôs a  
456 existência de um projeto de lei que muda um artigo da lei, com a mudança de parto natural para parto  
457 adequado. Informou-se ainda acerca da viagem das mulheres para a Marcha das Margaridas, com oito

**Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**

458 ônibus com em torno de quatrocentas trabalhadoras rurais saindo do Paraná em direção à Brasília,  
459 buscando melhorias nas políticas públicas , geração de emprego e renda, previdência, saúde e tudo que  
460 diz respeito ao universo das mulheres que estão presentes na Marcha. Após agradecimentos e  
461 cumprimentos, a reunião encerrou-se. Esta Ata foi lavrada pela Secretária Executiva Jane Vasques. E  
462 após aprovada, será publicada no DIOE e inserida no site do CEDM/PR.